

INFORMAÇÃO

| Registo | Data da Informação | Processo | Serviço emissor |
|-----------------------------|--------------------|----------------------|---------------------|
| Informação n.º 12562 / 2017 | 29/08/2017 | 2017/300.10.005/1097 | Contratação Pública |

ASSUNTO: PROPOSTA PARA ESCOLHA E INÍCIO DE PROCEDIMENTO – AJUSTE DIRETO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DESMATE DE DIVERSAS ZONAS DA CIDADE

Exmo. Sr. Chefe da DAF,

Contratação: Aquisição de **serviços de desmate de diversas zonas da cidade**

Código CPV: 77211300-5 Serviços de desbravamento, conforme previsto no Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28.11.2007

Processo n.º 2017/300.10.005/1097 – Ajuste Direto Regime Geral

I – Objeto da Proposta e Fundamentação da necessidade de contratar

De acordo com a informação n.º 11791 de 08/08/2017, com origem no serviço de Coordenação e Controlo de Operações, a qual segue em anexo e é parte integrante deste processo, constata-se a necessidade de iniciar um procedimento de contratação tem como objeto a aquisição de **serviços de desmate de diversas zonas da cidade**.

Para a contratação em causa é proposto um prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de adjudicação, o qual é formalizado com o envio da requisição externa.

II – Valor Contratual e Preço Base

Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, e de acordo com a alínea a) do n.º 1 do art.º 47.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, Código da Contratação Pública (CCP), estima-se que o respetivo valor contratual não deverá exceder o valor de **€ 14.124,00 (catorze mil cento e vinte e quatro euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a Câmara Municipal de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato e funcionando este como parâmetro base do preço contratual.

III – Enquadramento Orçamental

A despesa inerente ao contrato a celebrar será satisfeita pela dotação da classificação orçamental 02/02.02.25 do Orçamento da Câmara Municipal de Sines, para o ano de 2017 (Anexo 1 – Cabimento Prévio – Requisição interna n.º 1111/2017).

IV - Escolha do Procedimento

Dado que o valor contratual estimado é inferior a € 75.000,00, **propõe-se a adoção de um procedimento por ajuste direto**, previsto na alínea a) do n.º 1 do art.º 16.º, ao abrigo do disposto na **alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP**.

V – Decisão de Contratar/Autorização da Despesa

1. Considerando que o regime de contratação pública encontra-se estatuído no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação;
2. Considerando que, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 36.º e no art.º 38.º do CCP, a decisão de contratar, a autorização da despesa e a escolha do procedimento, cabem ao órgão competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;
3. Considerando o valor previsto para a contratação em causa;
4. Tendo em conta que, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 20.º do CCP a escolha do ajuste direto permite a celebração de contratos de valor inferior a € 75.000,00;
5. **Solicita-se**, ao Sr. Presidente da Câmara, no uso de competência própria, estabelecida no art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, cuja disposição foi mantida em vigor pela alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do CCP:

a) Autorização para a contratação em causa e a adoção de um procedimento de ajuste direto, previsto na alínea a) do n.º 1 do art.º 16.º adotado em função do disposto na **alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP**;

b) Nos termos n.º 1 do art.º 113.º CCP autorização para envio de convite à apresentação de proposta à empresa Viveiros Vasco da Gama, Unipessoal Ld.ª, NIF 503542202, tendo-se verificado que a escolha desta empresa não viola o previsto no n.º 2 e no n.º 5 do referido artigo;

c) Aprovação das peças do procedimento, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 40.º do CCP e para os efeitos previstos no n.º 2 do mesmo artigo.

- Convite à apresentação de proposta (conforme **Anexo 2**) e;
- Caderno de Encargos/Especificações Técnicas (conforme **Anexo 3**)

Nos termos do disposto no art.º 50.º da Lei n.º 42/2016 – Lei Orçamento Estado 2017 (LOE), a necessidade de contratar foi devidamente fundamentada quanto à impossibilidade da sua satisfação por via dos recursos próprios da CMS.

Dado tratar-se de um novo contrato de aquisição de serviços com diferente objeto e diferente contraparte de contrato vigente em 2016, atento o disposto no n.º 5 do art.º 49.º da LOE, deverá haver compensação para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 1 do referido artigo.

Considerando que não foi indicada a referida compensação de encargos, poderá a referida despesa, desde que devidamente fundamentada a sua necessidade, ser autorizada pelo Sr. Presidente, conforme previsto no n.º 3 do art.º 49 da LOE.

Tendo em conta o regime estatuído no n.º 1 do art.º 67.º do CCP, e uma vez que apenas se vai proceder ao convite de uma só empresa, entende-se que *in casu* não existe a necessidade de se proceder à designação de um júri. Sugere-se que o Técnico Superior do serviço de Coordenação e Controlo de Operações, Fernanda Moura, emita parecer técnico sobre a proposta apresentada.

Nos termos do art.º 127.º do CCP a celebração deste contrato deverá ser publicitada no portal da Internet dedicado aos contratos públicos para que possa produzir os seus efeitos, nomeadamente para processamento do respetivo pagamento.

Considerando o disposto no n.º 2 do art.º 7.º do Decreto - Lei n.º 127/2012, de 21.06, o qual regulamenta a LCPA, nenhum compromisso poderá ser assumido sem a verificação prévia da existência de fundos disponíveis para o fazer. Nesta conformidade, atento o disposto no art.º 76.º do CCP deverá ser assegurada a existência de fundos disponíveis para efeitos de adjudicação.

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 95.º do CCP está dispensada a redução dos termos da adjudicação a escrito.

É quanto cumpre informar, à consideração superior,

O/A Assistente Técnico

Sandra Carla Rodrigues Garcia da Silva (7419)

ANEXOS:

Anexo 1 – Cabimento Prévio – Requisição Interna

Anexo 2 – Convite à apresentação de proposta

Anexo 3 – Caderno de Encargos e respetivos anexos